



Reunião de Redes em Preparação a XV CNS CCB - Brasília, 06 de novembro de 2015

Pe. Ari, assessor das Pastorais Sociais da CBB dá as boas vindas, apresenta a pauta do dia e faz uma breve retomada da caminhada deste grupo desde a CF de 2012, que refletiu a problemática da Saúde Pública e do SUS com o lema “*Que a Saúde se Difunda sobre a Terra*”. Desde então estamos buscando reunir esforços neste processo de defesa do SUS. Foi assim com a coleta das assinaturas, onde muitos de nós investimos tempo e energias. E nós queremos continuar com este debate. A XV CNS nos provoca no sentido de utilizarmos nossas forças, nossos esforços em defesa da saúde pública. E a pauta de hoje nos convida a isso.

Análise da Conjuntura – Direitos Sociais Ameaçados

Ana Costa – CEBES/ALAMES - Associação Latino-americana de Medicina Social

Ana Costa inicia destacando que a parceria com este coletivo (Grito dos Excluídos, Pastorais Sociais/CNBB e outras redes parceiras), foi uma das coisas mais importantes em defesa do direito universal à saúde, durante sua gestão como presidenta do CEBES: saúde é direito e não negócio. Atualmente vivemos em uma crise econômica acrescida de crise política decorrente das contradições internas ampliada por interesses externos, onde a principal estratégia é desestabilizar os governos progressistas e derrotar as experiências que recolocaram em cena projetos de sociedades solidárias, justas, fraternas e igualitárias.

Hoje se observa uma insatisfação da população com os políticos, com a crise política institucional e de representação. Estes ajustes e esta economia política mercantilista não nos servem! Está posto o desafio para a construção de uma nova hegemonia na sociedade, que impulse um projeto de desenvolvimento capaz de enfrentar o problema estrutural da desigualdade social, que compreenda os recursos naturais como bem da humanidade e não como mercadoria, e que construa uma sociedade solidária, justa, fraterna e igualitária onde todos possam viver de forma digna.

De imediato, precisamos promover mudanças profundas, entre as quais se destacam as mudanças na política e no sistema político. A reforma política deve propiciar a radicalização da democracia com a participação efetiva dos cidadãos e acabar com o financiamento empresarial das campanhas, mecanismo de captura da política pelo poder econômico no qual prevalecem os interesses dos grupos financiadores em detrimento dos interesses coletivos da população. O direito à saúde é um direito social que deve ser garantido pelo Estado, por meio de políticas econômicas, sociais e culturais, tal como conquistado na Constituição Federal de 1988, sendo incompatível com propostas nas quais a saúde é tratada como negócio ou mercadoria. O Sistema Único de Saúde (SUS) nasceu referendado por uma inédita mobilização social, que buscava tecer as bases de um projeto de País, pautado na justiça, na igualdade e nos direitos sociais. O SUS teve e tem por objetivo melhorar a saúde da população, cuidar de todos de forma integral com a qualidade e a complexidade que os problemas requerem e a população merece; adotou a participação social promovendo a democracia participativa como fundamento para a sua gestão.

O SUS avançou e acumulou conquistas, especialmente se considerarmos a situação da saúde no período de sua criação. Entretanto, estamos muito distantes da situação ideal. Os avanços alcançados não podem mascarar os problemas intrínsecos do SUS e nem aqueles extrínsecos, oriundos de setores da sociedade que boicotam a sua consolidação. Para o Cebes, o SUS não é um sistema de saúde que possa sobreviver e se consolidar com políticas orientadas pelo projeto liberal, que não mede esforços em desconstruí-lo, que alimenta os interesses da indústria médica globalizada e transforma a saúde em puro mercado. O momento é crítico e a sobrevivência do SUS exige mudanças profundas na ordem econômica, política e social brasileira; exige, também, o compromisso efetivo do Estado, dos governos e da sociedade na sua defesa. Para que a saúde seja um direito de todos, assumida como um bem da sociedade é necessário um novo acordo em nome do interesse público, que recomponha os princípios e as orientações constitucionais, os quais devem ser assegurados pelos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A luta por direitos sociais e em particular o direito à saúde deve ter como pressuposto a luta por um Estado democrático participativo, com justiça social e equidade. Os interesses de mercado avançam pelo mundo por meio de estratégias potentes. A voracidade do capital não tem limites, mercantilizou todos os aspectos da vida. Na saúde, transformou o cuidado em um negócio lucrativo, medicaliza a vida e a sociedade, induzindo o consumo de medicamentos e procedimentos médicos; explora os trabalhadores da saúde à exaustão e pratica estelionato vendendo planos privados de saúde que não atendem às necessidades das pessoas quando elas mais precisam, ou seja, nas situações de doenças graves e na velhice.

Para garantir os seus lucros, o mercado usa recursos públicos que são canalizados especialmente por meio de subsídios fiscais como a dedução de 100% no Imposto de Renda (IR) devido dos gastos com serviços privados realizados pelo contribuinte. Desse modo, os brasileiros que têm renda para gastar no mercado da saúde são incentivados a este consumo, com consequências negativas para a saúde pública, pois essa dedução diminui o montante de recursos arrecadados e, conseqüentemente, reduz a parcela que iria para o SUS. Ao fim e ao cabo, a grande maioria da população que não tem recursos para gastar com saúde privada e que paga impostos, financia indiretamente os gastos privados com saúde de uma parcela minoritária da sociedade. Do IR, as pessoas físicas podem deduzir os gastos com planos de saúde, médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias, entre outros. Não há teto para o abatimento de gastos com saúde (renúncia fiscal). A renúncia fiscal se aplica também aos empregadores que fornecem assistência à saúde a seus funcionários, considerando este gasto como “despesa operacional” e abatendo do lucro tributável. Ainda há as desonerações fiscais para a indústria farmacêutica, hospitais filantrópicos, subsídios diretos por meio de incentivos fiscais e desonerações, além de subsídios a funcionários públicos, cujos planos de saúde são pagos com recursos públicos.

Neste mesmo ano, o lucro líquido das operadoras de planos privados de saúde foi de R\$ 4,9 bilhões, ou seja, mais da metade dos lucros dessas empresas foram decorrentes de renúncia fiscal. No nosso entendimento, quem quer plano de saúde deve pagar – integralmente – por ele, evitando iniquidades. A desoneração fiscal na área da saúde deve ser eliminada e os recursos devem ser aplicados no SUS para melhorar a qualidade e garantir universalidade e integralidade de acesso. Dinheiro do povo não pode ser privatizado. Deve ser usado em serviços para todo o povo, promovendo justiça e igualdade social. Os direitos sociais, para serem garantidos pelas políticas sociais, custam caro.

A 15ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) deve deixar claro quem deve pagar os custos das políticas sociais que garantem direitos. Para isso, esse debate deve começar nas conferências municipais, estaduais, plenárias e em todos os espaços de debate sobre a saúde. O financiamento das políticas sociais não pode penalizar ainda mais as classes trabalhadoras que, proporcionalmente, já pagam mais impostos. A conjuntura exige uma ação política firme e articulada de todos os que defendem o SUS e o direito à saúde, sob o risco de termos o primeiro momento de retrocesso nos direitos positivos garantidos constitucionalmente desde a redemocratização do País. Diante dessa conjuntura, o CEBES defende a Tese para a 15ª CNS, reafirmando que não haverá “Saúde Pública de qualidade para cuidar bem das pessoas” sem a consolidação do SUS e com um sistema de saúde pautado pelo mercado e orientado pela oferta privada de serviços, como têm preconizado e insinuado setores da sociedade e do próprio Estado que defendem um projeto de desenvolvimento liberal. Com a intenção de contribuir para esse debate, em momento de extremo risco de retrocessos em relação ao direito à saúde e ao SUS, o CEBES apresenta a tese que foi também assumida por este coletivo do Programa Justiça Econômica, e conclama os movimentos sociais, usuários, trabalhadores, gestores e os grupos mobilizados para o processo da 15ª CNS a se unirem em defesa do SUS e debaterem politicamente o projeto de saúde que está em curso e aquele que queremos para o Brasil.

Maria do Socorro, presidenta do Conselho Nacional de Saúde.

Socorro inicia destacando o peso e a representatividade do grupo reunido: “todos íntegros, solidários, atuantes, participativos e comprometidos, que percebem o papel da igreja junto a sociedade”. Informou que a Conferência deve contar com quatro mil delegados participantes e mil convidados. A ideia é fazer uma Conferência diferente onde todos nós possamos contribuir. No entanto, repensar a Conferência é repensar os Conselhos.

Apresentou o balanço das etapas municipais e estaduais e a programação da etapa nacional da 15ª CNS, que vai acontecer em Brasília, de 1º a 4 de dezembro. “Não há conferência com resultado político consistente se não houver um compromisso também da gestão. E, sem sombra de dúvida, esta tem sido uma das conferências (etapas estaduais e municipais) que mais mobilizou pessoas por todo o país. Tivemos apoio significativo da gestão em diferentes níveis e são raras as situações no nosso balanço em que enfrentamos maiores dificuldades”. Apresentou ainda a programação e a estrutura prevista para a etapa nacional.

O CNS junto à Associação Latino Americano de Medicina Social irá realizar o I Encontro Latino-americano de Entidades e Movimentos Populares: “Pelo Direito Universal à Saúde” nos dias 29 e 30 de novembro em Brasília. Ocorrendo poucos dias antes do início da Conferência, a proposta é potencializar e qualificar o processo político e participativo e que irá contribuir para a ampliação das articulações dos movimentos sociais e populares latino-americano pelo direito à saúde. Para o dia 1º de dezembro, o CNS mobiliza todos os atores envolvidos com a 15ª Conferência Nacional de Saúde e sociedade civil, com um ato político na Esplanada dos Ministérios. A manifestação será em defesa da democracia, da participação e das políticas públicas.

Vivemos um novo momento do nosso Movimento, é hora de retomarmos a luta em defesa da Saúde. Na atual conjuntura, com o aprofundamento da crise política e econômica, que provocou a redução do orçamento da saúde no contexto do ajuste fiscal. Considerando as incertezas do cenário macroeconômico e da própria estimativa da Receita Corrente Líquida em 2016, precisamos construir uma expressiva e ampla base de apoio social e político em defesa do SUS e da qualidade de vida da população brasileira. O processo de subfinanciamento do SUS que se manteve em 2014, e em 2015, será ainda mais grave em 2016. Evidencia-se o crescimento acelerado do valor

da insuficiência orçamentária, passando de R\$ 3,8 bilhões em 2014, para R\$ 5,9 bilhões em 2015 e para R\$ 16,6 bilhões em 2016, que refletirão diretamente na população em termos de deterioração da qualidade do atendimento de saúde nas diferentes unidades de serviços existentes no Brasil. Neste contexto, é preciso rearticular o Movimento Saúde + 10, assim, conclamamos a todos e todas que compõem o Movimento, que possam participar da Reunião de Adesão a Frente em Defesa do SUS, que está sendo convocada pelo Conselho Nacional de Saúde e que irá ocorrer no dia 10 de novembro de 2015, das 10 às 16 horas, no Plenário do Conselho Nacional de Saúde “O Milton Visconde” – Ministério da Saúde.

Socorro conclui afirmando que é preciso potencializar a 15ª CNS como espaço político, de convergência. “Precisamos reafirmar a importância do SUS, mobilizar as autoridades e políticos em defesa do SUS e fazer com que a população se aproprie do Sistema único de Saúde Precisamos que a população possa confiar no SUS”. É preciso, então, que a população e os movimentos se preparem melhor para alinhar bem nossa estratégia e a nossa resistência. A pauta específica é ainda a que mobiliza. Há muitos sujeitos importantes que se mobilizam em suas pautas específicas e regionais. Não há uma reflexão mais ampla sobre a situação na saúde no Brasil e os riscos que sofre a saúde pública.

Haroldo Jorge Pontes, representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde- CONASS

Disse que o controle social é a maior fortaleza para o processo de construção de uma política de saúde adequada. Ele afirmou que é preciso que se abram as portas para as entidades que discutem a questão do controle social. “Na última Conferência havia mais de 900 propostas”. Isso dificulta qualquer avanço. Desta vez restringimos o número de propostas. Apesar do conjunto de contradições que há nas conferências, temos garantido algumas vitórias: as Conferências Livres, por exemplo. Outra vitória foi à definição de critérios de participação de delegados/as: são critérios inclusivos. Criamos para o futuro uma condição de participação livre e também ampliamos a participação de delegados de estados com menor população.

Conclui dizendo que estamos num cenário delicado que exige de nós muita unidade. “Precisamos de um eixo de unidade total”.

2. Atualizações do Processo da XV CNS

Clóvis Adalberto Bouffleur, da Pastoral da Criança e representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil no Conselho de Saúde.

A Conferência não pode ser somente um evento nacional em Brasília. Esta visão é muito pequena. Precisamos nos organizar para que a Conferência permaneça viva, com continuidade e colocando o ser humano no centro da questão. O Financiamento deve ser o eixo que unifica as nossas ações. Queremos disponibilizar na internet a listagem dos delegados, com sua respectiva entidade, para facilitar o acesso e mapeamento. Esta é uma informação pública que também ajuda a comprometer os delegados/as. Uma boa parte dos estados ainda não registraram seus delegados. Vamos confiar que o façam em breve. Vamos procurar também canalizar nossas energias na sistematização das propostas vindas dos estados.

André Luiz de Oliveira, assessor da Pastoral da Saúde Nacional/CNBB

A XV CNS está em sua reta final e a inclusão deve ser uma marca desta Conferência. E questiona: Será que o que foi discutido no âmbito municipal e estadual será traduzido na Conferência Nacional? “Nossa preocupação é traçar uma estratégia para monitorar se o que foi validado nas etapas municipais e estadual, é o que está chegando na etapa nacional”. Também temos que ter estratégias para acompanhar as

discussões na sala e habilidade para compreender as propostas que chegarem na Plenária Final. Lembrando que não chegarão à Plenária Final as propostas com menos de 30% e as que tiverem 70% de aceitação serão automaticamente inclusas no documento final.

3. Mapeamento dos Delegados

Sebastião Venâncio, coordenador da Pastoral da Saúde do Estado de SP

A Pastoral da Saúde e o Programa Justiça Econômica estimulou a participação de agentes das pastorais para que saíssem candidatos. Apresentou um breve mapeamento dos delegados que temos em defesa da nossa tese: a Pastoral da Aids tem entre 35 a 40 delegados. A Pastoral da Criança, cerca de 30; a Pastoral da Pessoa Idosa, entre 15 a 20. Em São Paulo, a Pastoral da Saúde tem 60 delegados. Santa Catarina, 15; Rio de Janeiro entre a Pastoral da Saúde e a Pastoral da Criança, por volta de 50 delegados. De Rio Grande do Norte deve chegar a 20 delegados. Conclui que só da Pastoral da Saúde devemos ter uns 250 delegados.

4. Encaminhamentos

- Ter uma estratégia de comunicação visual para identificar nossos delegados. Fazer camiseta específica identificando o grupo (em defesa do SUS na XV CNS) para facilitar o contato/mobilização durante a Conferência.
Responsável: Luciane
- Elaborar uma minuta de carta para orientar todas as pastorais sociais dos encaminhamentos deste coletivo. Procurar orientar os delegados nos estados.
Responsável: Pe. Ari redige a proposta e Luciane circula
- Criação de um “Núcleo Duro” no Whatsapp para agilizar informações importantes para a nossa articulação durante o processo organizativo da CNS.
Administrador: Pe. Ari e Luciane
Nome do Grupo: 15ª Conferência
- Criar uma lista de 20 entidades (nacional e internacional) convidadas, representativas, com conhecimento das propostas comuns e com capacidade de assessorar os nossos delegados.
Responsável: Pe. Ari
- Marcar um ponto de Encontro, as 11h00 do dia 01/12 para organizar nossos delegados:
 - entregar camisetas
 - fazer o cadastro dos delegados/as
 - entregar material com principais propostas de consenso em defesa do SUS.**Responsável de organizar as propostas e listagem de delegados por seguimento e Pastoral: Clóvis (Pastoral da Criança)**
Viabilizar os materiais: Luciane
- Solicitar da Organização um espaço para que este coletivo monte uma TENDA (um espaço de referência dos nossos delegados).
Responsável: Gilberto (CBJP) e Sebastião

- Encaminhar a confecção de banner para dar visibilidade do ponto de encontro (Tenda).
Responsável: Luciane
- Convocar nossos delegados nos dias seguintes de trabalho 30 minutos antes do início das atividades (8h30) na Tenda/ponto de encontro.
Responsável: GT de Apoio
- Dar visibilidade das nossas ações antes e pós conferência através de entrevistas, informes, pequenas chamadas em Defesa do SUS e das nossas propostas comuns, através da Página e Redes do Projeto Direitos Sociais e Saúde, compartilhando com as páginas e demais ferramentas das redes parceiras (CNBB, Pastoral da Saúde, Aids, Criança, CBJP e outras entidades que se somem).
Responsável: (Rogéria Araújo (jornalista do Projeto))
- Montar na Tenda/ponto de encontro um Painel Eletrônico (cronômetro) que vai medindo o número de pessoas atendidas/tratadas pelo SUS. Algo do tipo **BENEFISUS**.
O painel iria atualizando este número. Dados de 2012 indicam 127 procedimentos por segundo. Isso criaria um grande impacto em Defesa do SUS.
Responsável pelo Programador: Gilberto e Seiti
Responsável em viabilizar a estrutura do painel: Seiti

SAÚDE É DIREITO E NÃO FAVOR!